

economia

Brasil inicia processo de reciprocidade contra os EUA

Medida se dá em razão da aplicação da tarifa de 25% contra o Brasil

/ RELAÇÕES COMERCIAIS

O governo brasileiro iniciou na quinta-feira o processo previsto na Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos, em resposta à tarifa de 25% imposta pelo governo americano sobre produtos brasileiros, sob a alegação de práticas comerciais desleais.

A Lei de Reciprocidade Econômica foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril do ano passado, em meio ao anúncio de novas tarifas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, incluindo uma taxa adicional de 10% sobre as exportações brasileiras.

A lei permite que o Brasil adote contramedidas em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de países ou blocos econômicos que prejudiquem a competitividade internacional brasileira. Entre as possíveis medidas estão a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual, além de restrições à importação de bens e serviços.

O decreto que regulamenta a lei foi publicado em julho do ano passado e prevê a criação do Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais, responsável por decidir sobre a adoção de contramedidas provisórias e acompanhar as negociações para tentar superar



RODRIGO DE AGUIAR/PORTOS RS/DIVULGAÇÃO JC

Lei permite que o Brasil adote contramedidas em resposta ao tarifaço

as medidas que prejudicam a competitividade brasileira.

Segundo o decreto, o comitê é composto pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que o preside; da Casa Civil; da Fazenda; e das Relações Exteriores. Os ministros podem ser representados por seus substitutos legais.

Há dois ritos para a adoção de contramedidas: o das contramedidas provisórias e o das ordinárias.

As provisórias são analisadas pelo Comitê Interministerial e podem ser adotadas em situações excepcionais. Após aprovadas e implementadas, podem ser alteradas ou suspensas a qualquer momento pelo próprio comitê. Nesse processo, representantes do setor privado e outros órgãos federais também podem ser ouvidos.

Já as contramedidas ordiná-

rias - rito escolhido pelo governo brasileiro para o processo relacionado às tarifas impostas pelos EUA - precisam ser encaminhadas à Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com informações sobre as medidas unilaterais adotadas por outro país ou bloco econômico que prejudiquem o Brasil, os setores afetados e a estimativa do impacto econômico. O pedido é compartilhado com os integrantes do Comitê-Executivo de Gestão da Camex, e outros órgãos do governo também podem ser ouvidos.

Em nota, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) informou na quinta-feira que a Secretaria-Executiva da Camex já havia compartilhado o pleito com os demais integrantes do Comitê-Executivo de Gestão da Camex.

Após encontro com Lula, Alcolumbre manda avançar fim da escala 6x1

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), informou que determinou o avanço das propostas de fim da escala 6x1, de ampliação das competências da União na segurança pública e de instituição de uma política nacional de minerais críticos e estratégicos. O comunicado ocorreu por meio de nota nesta sexta-feira, após um encontro seu com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

“Na última quarta-feira, tive uma importante conversa institucional com o presidente Lula. Foi um diálogo maduro, franco e republicano, fundamental para compreender as prioridades do Governo e tratar da agenda legislativa de interesse do nosso país”, diz.

Alcolumbre continua: “Na função de presidente do Congresso Nacional, tenho a responsabilidade de assegurar que as matérias submetidas ao Parlamento tenham o devido encaminhamento, com absoluto respeito às prerrogativas

do Poder Legislativo e ao papel de cada senadora e senador.”

Em seguida, o presidente do Senado escreveu: “Nesse sentido, determinei o encaminhamento às comissões competentes de três propostas prioritárias: a PEC 221/2019, que prevê o fim da escala 6x1, a PEC 18/2025, a PEC da Segurança Pública, e o PL 2780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.”

Segundo o senador, “são matérias de alta complexidade que seguirão o rito ordinário e regimental no Senado, com a análise e o aprofundamento necessários”.

O parlamentar finalizou: “O diálogo entre os Poderes é fundamental para o Brasil. Cabe ao Executivo apresentar suas prioridades e ao Congresso Nacional analisá-las com independência e a responsabilidade de construir os melhores caminhos para o País.”

Mais cedo, Alcolumbre visitou Lula no Palácio da Alvorada. Foi pelo menos o terceiro encontro dos dois nos últimos dez dias.



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO/JC

Segundo Alcolumbre, as matérias seguirão o rito regimental do Senado

Como a tecnologia está reinventando a medicina?

Mediador: Luiz Fernando Schilling



Charles Ataide
CIO - Santa Casa
de Porto Alegre



Cristiano Silveira
Superintendente de Tecnologia
e Soluções Digitais



Tiago Abreu
CIO do Hospital
Moinhos de Vento



18 AGOSTO - 12H ÀS 14H

Local: Associação Comercial de Porto Alegre - ACPA

Largo Visconde do Cairú, 17, Centro Histórico.

Estacionamento no próprio prédio:

Lyon Park - Av. Mauá, 1413.



Patrocinadores

Apoiadores

